

EDITORIAL

Ao elaborarmos o projeto desta Revista, no início de 1990, tínhamos em mente – e havia um consenso a respeito também da diretoria da SBEM daquela época, compartilhado pela atual diretoria – de que a Revista pretendia, "através do conhecimento e da interação contínuos com o ensino e com o professor e conferindo a este um intenso papel de participação, tornar-se um locus de expressão, discussão e busca de soluções para os problemas do ensino de matemática ao nível de 1º e 2º graus, nos cursos de Magistério e de Licenciatura em Matemática e constituir-se em fonte coletiva para a melhoria desse ensino.

Segue-se daí a escolha da temática desse número – Ensino de Matemática no 1º Grau – com artigos abordando Alfabetização Matemática, Ensino de Frações, de Álgebra e de Geometria, Avaliação, Currículo, Interpretações sobre o Conhecimento Matemático e sua Aprendizagem, sobre as Concepções do Professor e a Experiência em Sala de Aula. E contendo, além disso, um encarte com sugestões de atividades para sala de aula, escrito por professores de 1º e 2º graus do Paraná. A seleção de teses e as revistas resenhadas também se referem ao ensino do 1º grau.

Como organizadora desse número da Revista, solicitei aos autores o atendimento a dois critérios: que o artigo fosse relevante para o professor e escrito em linguagem acessível. Isso porque a Educação Matemática, à medida que se torna uma área de conhecimento, adquire objetos de estudo e conceitos próprios. Desse modo, assim como em Matemática existem níveis diferentes de conhecimento – o saber erudito, formalizado, e o saber-a-ser-ensinado, o mesmo ocorre em Educação Matemática. Nela, o saber erudito, além da terminologia própria, absorve termos técnicos das áreas afins: Psicologia, Sociologia, Antropologia, etc. Torna-se então necessário encontrar uma linguagem de entendimento. Nossa posição é de reconhecer que há um acervo de conhecimentos em Educação Matemática, e que o professor deverá ter acesso crítico a esse conhecimento, com possibilidade de discussão sobre interação, com o mesmo, e que essa interação deverá se dar na medida em que sua reflexão e sua vivência gerarem a percepção de inadequações no ensino, o desconforto e a vontade de superá-las através de possíveis soluções.

Fica, pois, um convite a que os professores se manifestem e façam sugestões; que escolham, talvez, um texto para análise e discussão conjunta, e nos remetam suas conclusões.

Nilza Eigenheer Bertoni

EM TEMPO: Dados do MEC (EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Dados Estatísticos Preliminares, Novembro de 93) sobre o Ensino de 1º Grau, informam que, em 1990, 13% da população de 7 a 14 anos estava fora das escolas; que, em 88, havia, entre as pessoas de 15 a 29 anos, 4.153.000 analfabetos, 632.000 com escolaridade inferior a 1 ano e 18.771.000 com escolaridade inferior a 4 anos; e que, dos docentes em exercício no ensino fundamental em 1990, 24,62% eram não habilitados – sendo que na Região Norte esse percentual atingia 61,43%.

E dados do mesmo Ministério, sobre os salários dos professores vinculados às Secretarias Estaduais de Educação, em Novembro de 93, nos mostram que os valores variavam, para professores da 1ª à 4ª série, com formação de Magistério, entre 39,21 (Rio Grande do Norte) e 173,07 (Rio Grande do Sul), em dólares; e, para professores com Licenciatura Plena, entre 57,28 e 214,77 dólares, também nos mesmos estados. As médias, em cada categoria, eram de 94,55 e 135,01 dólares. Não se tinham dados referentes aos estados do Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas e Bahia.

O salário mínimo no país, nessa mesma data, era de 61,17 dólares (dólar comercial de compra em 3/12/93, data de recebimento do salário de novembro).

Uma matemática inexorável, que faz pensar tanto quanto os demais artigos da Revista.